

Coimbra, 19 de Março de 2010

Alguns comentários ao Orçamento e ao PEC

João Sousa Andrade

O Orçamento é o documento mais importante de definição e enquadramento da política económica e financeira do Governo. O Orçamento reflecte a orientação política de um Governo nos limites dados pela situação económica do próprio país, da Europa e do Mundo.

Para emitir uma opinião abalizada sobre este Orçamento, o Orçamento para 2010 e sobre o PEC, julgo que temos de ter em conta 3 patamares que se interligam. Não ter em conta esses patamares conduz, na maior parte das vezes a uma discussão muito primitiva das medidas orçamentais.

O que é que eu designo por patamares. O primeiro é o da crise financeira internacional de 2007-08, ou 2008-09. O segundo é o da participação na UEM com obrigação de respeito pelos critérios de estabilidade do PEC. E finalmente o terceiro é a situação económica e financeira actual da economia Portuguesa, onde se insere o Orçamento para 2010 e o PEC.

## I.

Quanto ao primeiro patamar, sair da crise não é verificar um primeiro crescimento positivo. Foi isto que foi sendo dito de forma jornalística e que se destinava a auto-conhecimento de todos que o pior estaria passado. Infelizmente as incertezas são grandes. As taxas de juro que alguns conjecturavam que começariam a subir em Dezembro, continuam ao nível do final de 2009 e já estamos em Março. Refiro-me às taxas dos mercados interbancários, apesar dos quantitativos de dinheiro postos a circular pelos BC serem agora menores.

Estou nos antípodas dos Ludistas. Não é destruindo a inovação que nos protegemos dela. Em 1987 alguns defenderam o fim dos derivados. Nunca de desenvolveram tanto. Na presente crise financeira referimos as operações fora do balanço como provocando

um elevado "risco moral", um risco sistémico. Desenvolveram-se assim para fugirem às exigências de rácios de capital. Refiro-me às operações que eram efectuadas com base em créditos que conduziam a títulos, a títulos de títulos, com grande mistura, que até os próprios bancos tinham dificuldade em saber onde residia a responsabilidade final. Isso levou a que os próprios bancos interrompessem as suas operações interbancárias normais e não conseguissem avaliar quanto valiam os activos que possuíam. Como avançamos para colocar as operações nos balanços e para registar os movimentos dos derivados? Não se trata de proibir os derivados, ou tão só criar uma entidade que os autorize. A inovação não deve ser travada, mas sim controlada. Há duas hipóteses: ou se criam mercados específicos onde as transacções são feitas ou uma entidade recolhe a informação sobre as operações feitas e divulga essa informação. Nada disto foi feito.

As crises com origem financeira são mais longas do que as outras. Sabemos isso há algum tempo. É que nestas a quebra do crédito, pelas dificuldades sentidas por quem oferece o crédito, vai dificultar ainda mais a retoma. Não há volta a dar a essa questão. Mas é um ponto crucial porque o emprego leva mais tempo a recuperar e assim o desemprego não só é mais elevado como é persistente por mais tempo. Temos de estar preparados para essa situação. Uma economia que não cresce entre os 2,5% e os 3% não reduz a taxa de desemprego. Não nos iludamos, vamos esperar algum tempo para que na Europa se volte a essas taxas de crescimento<sup>1</sup>. E ainda mais, as últimas recuperações foram feitas com acréscimos reduzidos de emprego.

Haverá alguém em perfeito juízo que saiba o que se vai passar nos próximos meses? O período é de incerteza e de incerteza numa base de pessimismo muito grande. Uma evolução negativa da economia arrastará um aumento considerável das despesas sociais e uma redução das receitas de natureza fiscal.

## II.

E entro no segundo nível de análise que referi no início. O do PEC e da UE. E a minha primeira pergunta é simples, pelos lados da CE haverá conhecimento que o mundo de frontou uma crise profunda e que a incerteza do futuro próximo é enorme? Mas começemos pelos aspectos financeiros.

---

<sup>1</sup> PEC: Portugal (2013), 1,7%!

Existem 3 empresas de rating a nível internacional (Moody's, Fitch e Standard & Poor's). Falharam nas classificações. Venderam serviços que não prestavam. Provocaram com isso o caos nos mercados financeiros. São, como sugeri, um oligopólio internacional. Que foi feito? Nada! E hoje vivemos sob a ditadura dessas mesmas empresas. O serviço que elas prestam tem a natureza de serviço público. Imaginar que poderiam ser nacionalizadas, ou substituídas por empresas de rating ligadas a governos, penso que não é adequado. Mas por que não parti-las e obrigá-las à concorrência? É isso que se faz para todas as outras produções. Por que não neste caso? É escandaloso não se ter feito nada. Ainda por cima, e repito, erraram e não pagaram pelos erros! E agora dão-se ao luxo de actuar como se as suas classificações fossem mais de inspiração divina que o resultado de um trabalho com bases, muitas vezes, pouco sólidas.

Não deixa de ser irónico que um sistema financeiro que entra em crise, é estabilizado pelos governos, arrasta a economia para baixo e em seguida atreve-se a classificar como demasiado elevada a dívida pública, provocada por ele próprio.

Vejamos o que aconteceu recentemente com a dívida grega. No início deste mês de Março, a divisão anti-trust do Departamento de Justiça abriu uma investigação a contratos a pronto e de derivados em euros por suspeita de conluio entre hedge funds. A 8 de Fevereiro importantes hedge funds reuniram-se em N.York. Um dos temas tratados foi a desvalorização do euro. Houve ou não conluio no que se seguiu? Em paralelo, em 2009 foi criado um índice de CDS (credit default swaps), iTraxx SovX Western Europe. Isto permitiu um aprofundamento do mercado mas resultou em maior especulação a propósito da dívida grega. E temos os "naked CDS", o seguro sem objecto. Os CDS ganham assim uma vida própria. Se estávamos perante especulação contra o Euro, a classificação da dívida grega e a mistura de outros devedores foi-lhes extremamente favorável e conveniente.

A CE também abriu uma investigação a este propósito: casa roubada trancas à porta? Não, não chega a isso.

A 25 de Fevereiro a CE admitia que a UE estava a recuperar, mas de forma fraca. O crescimento previsto para a UE/UEM é de 0,7% em 2010. A produção industrial e o investimento continuam fracos. Para o resto do Mundo o valor é de 4,25% depois de uma

queda ligeira, 0,5%, em 2009. A inflação na UEM deve ter sido de 0,3% em 2009 e deverá ser de 1,1% em 2010. Ou seja, os preços a que os consumidores fazem as suas despesas vai continuar a cair (efeito Boskin).

No WEO update (FMI), 28 de Janeiro de 2010, é dito que as políticas monetárias e orçamentais (monetary and fiscal) devem ser "even more supportive", em conjunto com a criação de estratégias para a sustentabilidade das políticas orçamentais. Os riscos de recaída continuam não só a pesar como dominam as previsões possíveis. A previsão para Espanha é ainda de um crescimento negativo em 2010 (-0,1%), nulo para a Alemanha (0,1%). Para as economias emergentes e sub-desenvolvidas é de 5%, para a China 8%, para a Índia 6,5% e para o Brasil 3,5% .

Os riscos ao nível do sistema financeiro não desapareceram. As taxas de juro continuam muito baixas nos mercados interbancários apesar das operações de intervenção do BCE terem deixado de ser em quantidade ilimitada em Dezembro último. São muitos os que protestam quanto aos lucros da banca e reagem aos aumentos das taxas de concessão de crédito por aumentos do spread.

Os lucros resultam em parte de operações de refinanciamento a taxas muito baixas que inundaram de dinheiro o sistema bancário. Esta situação levou alguns economistas a falarem da possibilidade do que os colegas brasileiros denominam “rebolha”. Os bancos aplicam esse dinheiro naquilo que para eles é mais seguro. Dessa forma valorizam activos que dão a ideia muito divulgada em Portugal, que “a Bolsa recupera”. Valorizando os activos os seus lucros crescem. Por isso esta “inflação” de lucros tem de ser analisada com muito cuidado.

Os spreads aumentam porque as expectativas sobre a recuperação da economia não são muito coerentes. No dia em que spreads voltarem a reduzir-se isso significa que os bancos confiam na retoma da economia. Até lá, que fazer?

No início do mês ouvi na rádio um deputado que propunha a fixação do spread da CGD por forma a obrigar todos os outros bancos a segui-lo e assim a aumentar os créditos à economia. Fez-me lembrar a ideia espatafúrdia de um imposto sobre as petrolíferas devido ao facto de estas terem lucros avultados. Chamavam-lhe na altura o “imposto Ro-

bin dos Bosques”. Que não era mais que um roubo aos consumidores do tipo do praticado pelo Xerife de Nottingham. Não nos esqueçamos que o pior inimigo da economia é o populismo. Imaginemos que o spread seria fixado. A CGD emprestaria a todos aqueles a quem atribuiria um nível de risco inferior ao spread fixado. A estes subia a taxa porque o spread estava fixado. Aos outros não emprestaria porque a remuneração líquida esperada seria negativa. Como a CGD não lhes concederia crédito, iriam aos outros bancos para obterem dinheiro. A CGD definharia e os outros prosperariam. Que ganhos resultariam para a economia? Só se o objectivo for a destruição da CGD.

Resumindo estes dois primeiros pontos: a actual posição da CE é de uma grande tristeza. Nada foi feito em termos de resposta adequada para prevenção de futuras crises e mesmo de saída da presente crise. A prática de rating que também levou à crise continua a reinar. A ausência de informação sobre transacções financeiras de derivados continuou a ser a regra. A gravosa evolução da situação da economia não lhe merece qualquer consideração especial. Tudo está bem. Por isso não há razão para considerar o presente e o próximo futuro como de natureza não normal, ou seja especial. É ideia hoje aceite que a política orçamental não produziu efeitos na crise de 29 porque foi tímida. Onde vive a CE?

A ideia de um Fundo Monetário Europeu (FME), avançada por dois economistas alemães, não tem pernas para andar por falta de espaço institucional. Como seriam obtidos os fundos? Através de multas, por exemplo, 1% do excesso da dívida pública e do défice (60% e 3%). Em suma, paga quem menos pode. Daniel Gros e Thomas Mayer, juntam-se e propõe algo que envergonharia um inglês no início do pós-guerra, Keynes e o seu plano de reforma monetária internacional. Na actual situação a Grécia pagaria cerca de 0,65% do seu PIB.

### III.

Passo agora ao terceiro patamar, o da nossa situação e do papel do Orçamento e do PEC. Já falei de populismo. Volto ao tema. Há meses atrás ouvia-se com frequência que os impostos deviam baixar para estimular a procura. Os ingleses fizeram-no e os espanhóis também. Resultado, estimularam a procura? Não. Em situações de crise a falta de confiança leva os consumidores a aumentarem a poupança. Como aliás aconteceu em

Portugal. Penso que a redução dos impostos, não teria efeitos na despesa. Mas agravava o défice orçamental. Que era dito na altura? Que o nosso défice orçamental estava escondido, que era superior ao que era revelado pelo Ministro das Finanças . Quando o défice foi apresentado, 9,3%, foi dito que era inflacionado para depois poder ser mostrado que a redução seria maior do que na realidade poderia ocorrer. É complicado discutir política orçamental em Portugal.

Por altura do primeiro trimestre de 2009 eu pensava que o défice seria de cerca de 10% e disse-o a colegas. Por isso não me admirei com o valor revelado. O que me preocupa é miopia que o PEC pode trazer à Europa, hoje alinhado com o interesse da especulação à volta da dívida Grega e do valor do Euro. Vale-nos o facto de um Euro desvalorizado não ser muito do agrado dos EUA. Também não confiei nas estatísticas do PIB que o INE apresentou a seguir ao Verão de 2009 e que acabaram por ser corrigidas.

O emprego é uma variável atrasada. Primeiro varia o produto e só depois o emprego. Ora as estatísticas do produto dependem muito dos valores do emprego. Por isso eu achava que o INE estaria a embandeirar em arco demasiado cedo. É que temos um outro problema. O inquérito ao emprego passa ao lado dos imigrantes e dos emigrantes. Quanto aos primeiros vão-se embora e é como se não tivessem passado por Portugal. Quanto aos segundos as receitas que eventualmente enviam para Portugal caem, reduzindo a procura interna. Por isso eu penso que a redução nas receitas se deve em parte a um aumento da evasão fiscal e em parte, também, a uma redução ligeiramente maior da actividade económica. Lembro que a previsão para o crescimento do PIB em Portugal em 2009 é de -2,7% e para a UEM(16) de -4,1%.

A evasão fiscal aumenta geralmente nos períodos de crise e de redução de actividade. Em face das dificuldades sentidas é normal que os agentes deixem de pagar ao Estado e procurem mesmo ludibriar o Estado. Aumentar a repressão fiscal é uma saída, mas não estou certo que isso seja o mais adequado. É como cortar a mão a quem for apanhado a roubar num supermercado. Não podendo trabalhar não terá outro remédio senão aumentar o engenho no roubo.

Mas o populismo também veio da parte do Governo. Quando se disse que os impostos não aumentariam e depois se reduzem os benefícios fiscais, sejam eles justos ou injus-

tos, o que se está a fazer? O aumento dos funcionários públicos (FP) em 2009 foi populismo. Não havia razão económica para tal. Nem da inflação prevista nem da situação económica efectiva. Vejamos alguns casos por esta Europa.

O défice grego foi de 12,7%. Sabemos da confusão com as greves na Grécia. Os salários dos FP estão apenas congelados, mas os complementos serão reduzidos. O congelamento envolve todos os escalões de remunerações. As contas são difíceis para nós. Um professor de ciências no Liceu, com um salário de 1200€, perderá 70€.

Em Inglaterra, para os salários negociados numa base anual, haverá congelamento dos seus valores, o que envolve 40000 funcionários. Mas 700 000 com rendimentos médios (incluindo médicos, dentistas e guardas prisionais) terão aumentos de 0-1%. O partido Conservador pretende aumentar a idade de reforma dos 65 para 66 em 2016.

Os Irlandeses reduzem os salários dos funcionários, os mais bem pagos em 20%, seguem-se os de outros funcionários em 15%. Em ambos os casos a medida também se aplica aos cargos políticos. Reduções menores para quem ganha menos, por exemplo, até 30 000£ a redução é de 5%. Aquilo que chamamos remunerações complementares também sofrem reduções entre 5 a 8%.

Em Setembro de 2009, os salários nas Universidades da Califórnia (públicas, várias Universidades) sofreram uma redução negociada de 10%.

Voltemos à Grécia. Será conveniente lembrar a agenda. Políticos mais honestos: vidé o ex-Vice-Presidente do BCE, que aldrabou as contas enquanto Ministro das Finanças da Grécia e afinal foi promovido... A classe média foge aos impostos de forma que muitos gregos com elevados rendimentos não pagam quaisquer impostos. Os serviços públicos são corruptos, sobretudo nas encomendas e nos contratos. Para os benefícios fiscais existe um verdadeiro mercado de recibos. A dívida grega representa 112,6%. Mas a Grécia deve refinarçar-se em Abril-Maio em 20€mM. Depois do verão de 2009, a Fitch e a Standard&Poor's baixaram a classificação da dívida grega. Os acontecimentos do Dubai levaram a admitir, pela primeira vez, que poderia haver incumprimentos de dívidas soberanas. Em Dezembro o governo grego aprova um plano e aquelas agências reduzem ainda mais a classificação (para A- e BBB+). Em 25 de Janeiro, à taxa de 6,2%,

os gregos para obterem 8€mM receberam ofertas de €25mM. Os gregos vão reformar o sistema de pensões de reforma, um dos mais generosos dos 30 países mais ricos da OCDE.

Vejamos os valores do défice, de acordo com a base da AMECO, já desactualizada para alguns países (Portugal: 8,3% em 2010, 6,6% em 2011 e 2,8% em 2013).

<b>Défice</b>	2008	2009	2010	Dif_10_08	<b>Ordenação</b>
IRL	7.2	12.5	14.7	7.5	7.9 RU
GR	7.7	12.7	12.2	4.5	7.5 IRL
SP	4.1	11.2	10.1	6	6.8 HOL
FR	3.4	8.3	8.2	4.8	6 SP
IT	2.7	5.3	5.3	2.6	5.8 SW
LUX	2.5	2.2	4.2	1.7	5.3 PT
HOL	-0.7	4.7	6.1	6.8	5.1 AUS
AUS	0.4	4.3	5.5	5.1	4.8 FR
PT	2.7	8	8	5.3	4.5 GR
SW	-2.5	2.1	3.3	5.8	2.6 IT
RU	5	12.1	12.9	7.9	1.7 LUX

É interessante ver a ordenação de países com maior desequilíbrio de 2008 a 2009. Irlanda, Grécia, Espanha, França e Reino Unido têm uma situação de défice mais desfavorável que a nossa.

E no que respeita à Dívida Pública?

<b>Debt/P</b>	2008	2009	2010	Dif_10_08	<b>Ordenação</b>
Euro16	69.3	78.2	84	14.7	28.3 RU
BEL	89.8	97.2	101.2	11.4	26.6 SP
PT	66.3	77.4	86	18.3	25.7 GR
GR	99.2	112.6	124.9	25.7	18.3 PT
SP	39.7	54.3	66.3	26.6	15.1 FR
FR	67.4	76.1	82.5	15.1	14.7 Euro16
IT	105.8	114.6	116.7	10.9	11.4 BEL
RU	52	68.6	80.3	28.3	10.9 IT

A posição portuguesa é mais favorável que a da zona euro. Em 2010, Grécia, Bélgica e Itália estarão piores que nós. Os maiores desequilíbrios em termos da dívida existiram no Reino Unido, em Espanha e na Grécia e logo a seguir em Portugal. Existe um problema complicado para o nosso país. Porquê? Porque a estes valores devemos juntar os



do desequilíbrio da conta de transacções correntes.

BTC	2008	2009	2010
GR	-13.9	-8.8	-7.9
ES	-9.5	-5.4	-4.6
PT	-12.1	-10.2	-10.2

Em 2009 a situação portuguesa era pior que a grega. Que significa este desequilíbrio? Que consumimos mais que produzimos. Ora o Reino Unido não terá dificuldade em obter fundos de empréstimos. A própria Espanha também não. E Portugal? Não se pense que o excesso de liquidez existente neste momento nos mercados bancários irá continuar. Como resolver este problema?

Apenas por curiosidade. Portugal, Itália, Grécia e Espanha passaram a ser conhecidos por PIGS, com a Irlanda, por PIIGS e o “nosso amigo” Daniel Gros, um dos homens da ideia do FME, que usava a expressão que os PIGS não voam, passou a designá-los agora por GIPSY, onde o Y se refere à última letra de Italy.

A ideia da subscrição por particulares de dívida pública é excelente. Os certificados de aforro corresponderam a um período em que as formas de poupança existentes eram escassas. A sua morte, mais ou menos anunciada há já alguns anos foi correcta. Mas não foi correcto a sua não substituição por outro meio de aplicação de aforro de médio-longo prazo. Ao mesmo tempo está na altura de os PPR corresponderem a complementos de reforma e não a meros expedientes de reduzir os impostos. Os PPR são ineficientes do ponto de vista económico porque as suas taxas de rentabilidade podem ser muito baixas devido ao “pagamento” que o próprio Estado faz pela redução do imposto a pagar. Em nome da eficiência deveriam acabar. A possibilidade de comprar directamente títulos da dívida pública é um acto de respeito pela liberdade de escolha dos contribuintes e uma forma de reduzir a dependência financeira dos mercados externos. A medida de perdão fiscal de fundos em praças off-shores é outra das medidas inteligentes. Moralmente correcta? Entre Janeiro e Outubro saíram do país para praças off-shores 2,3mM de euros. Não esqueçamos que o capital não tem pátria, e ao primeiro sinal de perigo foge! Mas nós precisamos desse capital no país. Tudo que nos permita reduzir o financiamento externo é bem vindo. Há alguns anos Olivier Blanchard propôs como solução para Portugal uma redução dos salários de 10%. Daniel Gros vem agora

propor uma redução imediata do consumo português de 10%, o mesmo com outra roupagem. É espantoso como estes economistas falam do endividamento dos portugueses e depois propõem a redução de rendimentos. É que isso significaria o gerar uma crise financeira sem precedentes por incumprimento dos devedores junto da banca. Bastará para tal ver os últimos números do crédito mal-parado revelados pelo BP.

A DP vai aumentar, e razoavelmente. As taxas de juro vão subir. E subirão tanto mais quanto maior for a recuperação da economia. É mais do que necessário poder antecipar o seu pagamento. A ideia de vender toda uma série de participações do Estado é uma medida de higiene do ponto de vista político e de racionalidade económica. Só espero que o Metro e a Carris passem a figurar da lista ... O fundamental para o bem estar dos portugueses não é o ser público ou privado, mas se há ou não concorrência, se a natureza pública do serviço é respeitada e, neste momento, reduzir o recurso ao financiamento externo. Haverá algum português que esteja convencido que a participação do Estado na Galp tenho levado esta empresa a ignorar o lucro e a pensar no orçamento familiar dos portugueses? Mas também não se pede a uma empresa que deixe de pensar nos seus lucros. Se isso acontecer o desastre é iminente.

Medidas mais longe dos holofotes são também importantes como a redução dos limites de financiamento das empresas públicas não financeiras, com uma redução prevista na taxa de crescimento do endividamento em 2013 de 1/3 do que aconteceu de 2002-09. Como o alinhamento dos aumentos salariais das empresas públicas com o que acontece na Administração Pública. E a existência de estímulos às PME através de iniciativas de natureza Municipal.

Também há bons exemplos de reformas liberais que deveriam ser mais conhecidas. Na Letónia a nova religião é um certo liberalismo. Foi o primeiro país a fazer uma desvalorização interna e não externa. Os salários e a despesa pública foram reduzidos. E os preços em consequência. Uma política deflacionista. A taxa oficial de desemprego está nos 22,8% e a queda no produto foi de 18%. Como o produto caiu é necessário reduzir ainda mais a despesa pública e aumentar os impostos. A crise da Letónia segue-se a um boom na construção, como em muitos outros países ... mas as receitas foram próprias ...

As medidas propostas para uma melhor aplicação do subsídio de desemprego são ade-

quadas. A adequação da procura e da oferta são sempre bem vindas. Pena que não tenhamos avançado num mercado de arrendamento para a habitação para aumentar a mobilidade dos trabalhadores. Mas o encontro da procura e oferta só existirá se houver funcionários nos CE com formação adequada. Temos funcionários, e de nível superior, que não conhecem a formação dos jovens que a eles se dirigem, não sabem pura e simplesmente o que poderão fazer a esses desempregados.

A forma como as medidas de contenção orçamental têm sido apresentadas não é inteligente. “Parece que há uns sujeitos que agora são contra as medidas sociais e vão fazer um orçamento horrível”. É certo que a situação internacional não possibilitava a apresentação de cenários mais realistas, mais negros afinal. Mas isso poderia ter sido feito em sede de concertação. As alterações do IRS pecam, na minha opinião, por defeito. A tributação das mais valias é obviamente uma medida correcta. Não se compreendia esse “esquecimento” por parte dos Governos. Mas a ideia de uma taxa de 45% no IRS é muito tímida. Por que não uma taxa mais pesada para rendimentos mais elevados? Também aí o populismo com a divulgação de rendimentos muito elevados seria combatido com uma taxa mais elevada. Quem mais recebe mais solidário deve ser!

Há um último aspecto que quero referir. A redução de valores de medidas de protecção social. É certo que a maior redução das deduções vai cair nos contribuintes com rendimentos mais elevados. Mas, por exemplo, o governo propõe-se reduzir em 137,8 M de € até 2012 o RSI. Como o irá fazer? Se a situação económica piorar como o poderá conseguir? Julgo que a situação económica ditará o sucesso ou insucesso da limitação das verbas para esta rubrica. Aliás, como para outras de carácter social. Julgo que o comentário feito pelo FMI se refere a esta questão que é afinal de índole muito prática.

E quanto ao crescimento da economia? Se medirmos o produto potencial pela tendência linear do produto tendencial até ao segundo trimestre de 2002, chegamos a uma perda do produto próxima dos 20%. É demasiado! Mas como fazer uma política orçamental restritiva, respeitando as exigências de estabilidade, e do crescimento simultaneamente?

Algumas das reduções da despesa pública levam a problemas de selecção adversa, reduzem-se as verbas, nem sempre se eliminam desperdícios, e o serviço prestado piora. Aqui haverá que assumir maiores responsabilidades pelas decisões de política. Havendo

menos fundos é preciso sabê-los gerir melhor. Afinal quem representa o povo são os eleitos. O sistema de avaliação na FP é para mim negativo. Em primeiro lugar é incestuoso. O que logo à partida o deveria eliminar. Em segundo lugar é factor de perda de solidariedades e coesão onde estas deveriam existir e finalmente não leva a despedir quem nada faz e esse deveria ser o primeiro objectivo. Substituíram-se as progressões automáticas por um sistema burocrático, foi apenas isso que foi feito!

Discutir um Orçamento sem o enquadrar no seu tempo e no espaço europeu e mundial revela iliteracia económica e política inadmissíveis nos tempos que correm. A UEM e a integração mundial das economias trouxe uma realidade que alguns procuram ignorar: os défices orçamentais têm de ser pagos. Não foi assim num passado muito próximo em que a inflação ajudava a reduzir as dívidas. Hoje estamos a pagar, e caro, algumas das más políticas nacionais e as consequências da crise e da inépcia de dirigentes europeus.